

DOCUMENTO
DE TRABALHO
8/89

Algumas reflexões sobre as relações entre o ensino superior e o mercado de trabalho no Brasil

Jean-Jacques Paul

Centre National de la Recherche Scientifique (França)
Universidade Federal do Ceará

NUPES

Núcleo de Pesquisas
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

Algumas reflexões sobre as relações entre o ensino superior e o mercado de trabalho no Brasil

Jean – Jacques Paul

Centre National de la Recherche
Scientifique (França)
Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Comunicação para o Seminário sobre Situação e Perspectivas do Ensino
Superior no Brasil organizado pelo
Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo

São Paulo, 5-7 de abril 1989

Esse texto visa a introduzir a discussão a respeito da situação dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho. Apesar de uma posição freqüentemente adotada, ele vai tentar demonstrar que não convém tentar, na situação atual, determinar o número de vagas por curso na base de previsões das necessidades de mão-de-obra do sistema econômico.

Numa primeira parte, apresentaremos a situação conceitual da relação entre formação e mercado de trabalho. Evocaremos as tentativas de previsão de mão-de-obra, discutiremos os conceitos usados para julgar a situação dos egressos no mercado de trabalho e lembraremos as polêmicas teóricas a respeito da evolução no mercado de trabalho dos graduados.

Na segunda parte, estudaremos os fatos referentes a situação profissional dos egressos do ensino superior, tanto fora do Brasil quanto no Brasil mesmo.

1. A situação conceitual da relação entre formação e mercado de trabalho.

1.1. A problemática do planejamento de mão-de-obra qualificada por profissões.

Numa época não muito remota, o planejamento da educação representava um exercício considerado necessário para manter ou aumentar o crescimento econômico. Para favorecê-lo, os planejadores tentavam identificar as necessidades futuras em mão-de-obra qualificada, indicando em seguida para o sistema educativo as áreas de formação a serem desenvolvidas. Foi o período em que a OCDE lançou o “Projeto Regional Mediterrâneo” para seis países, o qual visava determinar os investimentos a serem destinados à educação para atingir as metas econômicas –cf Hollister (1966). Hoje, a situação é bem diferente e alguns autores, como Psacharopoulos e Woodhall (1985), colocam em evidência as dúvidas que cercam esses trabalhos, indagando-se até se é possível e mesmo desejável realizar previsões de mão-de-obra a longo prazo e se a noção em si de necessidade de mão-de-obra é válida.

Várias pesquisas avaliaram as previsões de mão-de-obra elaboradas ao longo desses últimos vinte anos no mundo inteiro – ver por exemplo Amahad e Blaug (1973) e Youdi e Hinchliffe (1985) – e revelam o fraco desempenho desses trabalhos, ao serem comparadas as previsões com as realizações.

O caso francês parece ser um bom exemplo da situação atual de perda de confiança com respeito às tentativas de orientação do sistema escolar a partir de previsões de mão-de-obra. Desde as primeiras pesquisas sobre os métodos de previsão de mão-de-obra desenvolvidas no Segundo Plano (1952-56) até a sofisticação dos trabalhos realizados no

âmbito do Sétimo Plano (1976-80), as técnicas progrediram bastante e as fontes de dados foram melhoradas e diversificadas. Entretanto, essa evolução teve como consequência destacar os limites dos conceitos usados, enquanto os planejadores perdiam progressivamente a confiança na metodologia que eles usavam.

Os conceitos discutidos eram a noção de qualificação, as várias dimensões da formação, o setor de atividade econômica, as tabelas de correspondência entre a formação e a profissão exercida, entre outros. Um dos problemas centrais era que os fatos mostravam que não havia bijeção entre as profissões aprendidas através do sistema educativo e as profissões exercidas: uma parte importante daqueles que tinham aprendido uma profissão no sistema escolar não a exerciam e uma parte considerável daqueles que exerciam essa profissão não a tinham aprendido na escola¹.

Mas o fato decisivo que levou ao abandono da utilização das previsões de mão-de-obra pelo sistema educativo no início dos anos 80 foi a diferença entre previsões e realizações: a distância média entre esses valores foi de 12% para o Quinto Plano (1966-70) e de 15% para o Sexto Plano (1971-75). No Sétimo Plano (1976-80), as previsões diante dessas dificuldades, associadas a uma oferta excedente de trabalho, decidiu-se abandonar os trabalhos de orientação do sistema educativo por meio das previsões por profissões e nele mais desenvolver a “transferibilidade” como qualidade primeira dos indivíduos do que a especificidade rígida de uma profissão precisa, deixando às empresas a tarefa da especialização profissional.

1.2. Os conceitos de desvio ocupacional e de sub-emprego.

Muitas vezes, um curso é julgado a partir da proporção dos seus formados que atuam na sua própria área de formação. Gostaríamos, à luz das precedentes observações, de colocar algumas reflexões a esse respeito.

Desde a contribuição de Becker (1964), é um comum distinguir qualificações gerais e qualificações específicas. As qualificações gerais podem ser utilizadas em qualquer emprego, enquanto as qualificações específicas podem ser úteis só num determinado emprego. Inclusive, seria importante distinguir-se as qualificações específicas à profissão das

¹ Essas observações têm validade evidentemente só para as profissões de acesso livre, que são majoritárias na França.

específicas à empresa de atuação (importante no caso dos mercados internos –cf. Doeringer e Piore (1971)).

Na mesma linha, devemos distinguir dois lugares principais de aprendizagem profissional: o sistema educativo e a empresa. O sistema educativo desenvolve qualificações específicas à profissão, enquanto a empresa desenvolve os três tipos de qualificação. É importante salientar que mesmo nos cursos mais específicos (odontologia ou engenharia civil, por exemplo), desenvolvem-se qualificações gerais como o de raciocínio, de organização do trabalho, de métodos de aprendizagem, etc.

Assim, se observarmos a situação de trabalho de um indivíduo, podemos constatar que ele vai utilizar as cinco noções de qualificações distinguidas acima: qualificações gerais aprendidas na escola ou no emprego, qualificações específicas à profissões aprendidas na escola ou no exercício profissional e qualificações específicas à firma.

O desvio ocupacional representa na literatura comum as situações profissionais não relacionadas, ou pouco, com o curso freqüentado pelos indivíduos. Na realidade, o desvio se refere à comparação entre as qualificações específicas aprendidas na escola e as qualificações específicas exigidas pelo emprego. Mas o primeiro grupo de qualificações representa apenas um dos cinco tipos de qualificações possuídas pelo indivíduo. Um graduado de letras empregado como assessor político não usará diretamente as competências adquiridas na disciplina de prática mas utilizará as capacidades de análise de texto, de redação, de pesquisa bibliográfica, etc. O desvio ocupacional analisado em nível das várias competências adquiridas e utilizadas pode tomar muitas vezes uma dimensão menos negativa do que a normalmente difundida.

Um outro conceito freqüentemente utilizado para analisar a relação entre a formação e o emprego é aquele de sub-emprego, que se refere às situações onde o indivíduo ocupa um emprego correspondente a um nível de qualificação inferior ao seu nível de formação (um graduado de sociologia ocupando por exemplo um emprego de secretário). Podemos fazer observações a respeito desse conceito.

Primeiro, precisamos ver em que momento da carreira esse fenômeno está sendo observado, na medida em que muitas vezes o principiante pode iniciar sua carreira num emprego de nível de qualificação abaixo do normalmente esperado com a sua formação, mas ter acesso rapidamente a um emprego de nível correspondente; é freqüentemente a regra com os mercados internos.

Em segundo lugar, o conteúdo de um emprego varia freqüentemente com o nível de formação do indivíduo que o exerce na medida em que o indivíduo pode influir sobre o conteúdo. Quando falamos de um emprego de secretária exercido por uma mulher cuja escolaridade é de segundo grau incompleto e de um emprego de secretária exercido por uma graduada em Letras Estrangeiras, estamos certamente nos referindo a duas realidades diferentes.

Em terceiro lugar, precisamos levar em conta os fenômenos de concorrência, na medida em que o sub-emprego para um certo nível de diploma pode significar uma situação profissional ainda mais difícil para os níveis inferiores. Esse argumento está no meio das polêmicas envolvendo a interpretação que as varias teorias do mercado de trabalho fazem das conseqüências de um aumento do número de graduados.

1.3. A evolução do mercado do trabalho para os egressos do ensino superior através das teorias.

A evolução da relação entre o sistema de ensino superior e o mercado de trabalho é vista de maneira diferente segundo as várias teorias que tentam explicar o funcionamento do mercado de trabalho. Sem querer percorrer as diversas correntes teóricas (cf. Paul (1989) para uma visão mais detalhada), podemos destacar grandes tentativas de explicação da evolução das relações entre ensino superior e mercado de trabalho.

Para o modelo puro de capital humano, o funcionamento é aquele do mercado de trabalho neoclássico, quer dizer:

(1) que as firmas procuram no mercado várias qualificações; essas qualificações são relacionadas ao estoque de capital humano e correspondem a um certo nível de produtividade individual;

(2) que o salário correspondente a essas qualificações dependem da relação entre quantidade ofertada e a quantidade demandada;

(3) que os efetivos empregados por cada firma são determinados pela intersecção entre a sua própria curva de demanda e o preço de mercado.

Nesse esquema, um aumento (uma diminuição) da quantidade de uma certa qualificação vai se traduzir por uma diminuição (um aumento) do salário, esse preço de

mercado igualizando quantidades de trabalho ofertada e procurada. Assim, o mercado se equilibra pelo nível do salário das várias qualificações, não havendo desemprego.

Podemos opor a esse primeiro modelo o modelo de competição para o emprego (ou modelo de “queuing”). Esse modelo, que usa os avanços da teoria do filtro, foi o melhor apresentado por Thurow (1975). Ele faz parte da família das abordagens fundadas sobre a noção de equilíbrio a preço fixo: em curto prazo, o equilíbrio se faz a partir das quantidades do que na base dos preços.

Nesse modelo, a firma não procura qualificações específicas no mercado de trabalho, na medida em que, de todo jeito, o conteúdo dos empregos que ela oferece tem um componente específico importante que só pode ser adquirido no próprio exercício do emprego. Cada novo empregado terá que ser treinado pela própria empresa. O empregador não conhece a priori o custo da formação associada à cada indivíduo e utilizará as suas características explícitas, e particularmente o seu nível de formação, como sinais de aptidão para treinamento e, assim, do custo desse treinamento. Dessa maneira, todos os indivíduos entram em competição, a ordem de colocação na fila de espera depende do nível de formação.

Nesse modelo, o produto marginal depende do emprego e não do trabalhador. Os indivíduos não têm uma produtividade marginal, mas um vetor dos custos de treinamento necessários para ocupar os vários empregos na economia.

Então, se no primeiro modelo de competição pelo salário, um crescimento do número de graduados do ensino superior pode causar uma queda de seus salários relativos em relação aos formados de nível inferior, no modelo de competição para o emprego, o crescimento do número de indivíduos que têm as características mais apreciadas poderá causar uma deterioração das situações profissionais (salários e empregabilidade) dos indivíduos que têm as características menos apreciadas. Nesse contexto, a educação aparece como um investimento necessário para defender a sua faixa de mercado.

2. Os fatos.

A evolução, nesses últimos anos, do mercado de trabalho dos egressos do ensino superior constituiu uma área polêmica. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, os números de graduados do ensino superior cresceram fortemente na década dos anos 60. Em consequência, a Universidade tem sido freqüentemente acusada de

fabricar desempregados, na medida em que a demanda de trabalho não teria acompanhado essa evolução. Na realidade, parece que a situação profissional dos egressos do ensino superior não se apresenta tão preocupante em si e ainda menos quando comparada com a situação dos indivíduos de nível de formação inferior. O impacto nas mídias dos problemas profissionais dos egressos está certamente ligado não só à sua origem mas também ao seu poder político. Vamos tentar demonstrar essa afirmação a partir de observações realizadas tanto fora do Brasil, quanto no Brasil mesmo.

2.1. Os fatos fora do Brasil.

Vamos sucessivamente apresentar o caso dos Estados Unidos, da França e de alguns países da África.

Nos Estados Unidos, a evolução do mercado de trabalho dos egressos do ensino superior criou uma polêmica, ilustrada por exemplo pela discussão entre Freeman (1980) e Rumberger (1980). Segundo o primeiro, a relação entre os salários dos trabalhadores de 25 a 34 anos de nível superior e aqueles de nível secundário caiu de 1,38 para 1,16 de 1968 a 1977. Mas a distância aumenta com a duração da experiência. Segundo o segundo, o sub-emprego dos egressos do ensino superior aumentou entre 1970 e 1976 mas os seus salários relativos se mantiveram. Infelizmente, esses trabalhos não incorporam os dados relativos ao desemprego que permitiriam comparar mais precisamente as situações profissionais dos egressos dos vários níveis do sistema educativo. O caso francês traz essa precisão.

Em 1981, a taxa de desemprego dos jovens oito meses após a graduação valia 19% para os homens com um segundo grau completo e 11% para os homens com graduação; as taxas respectivas para as mulheres valiam 28% e 21%. Entre 1974 e 1981, a taxa de desemprego dos homens com um segundo grau completo foi multiplicada por 2,1, enquanto essa taxa era multiplicada por 1,1 no caso dos graduados do ensino superior; os dados respectivos para as mulheres foram de 2,8 e 1,8.

É importante salientar que apesar de um forte crescimento do número de egressos do ensino superior (a sua proporção no total dos egressos passou de 15% a 20% de 1973 a 1980 para os homens), o aumento de empregos de nível superior ocupados pelos incipientes foi ainda maior (no conjunto dos empregos ocupados por incipientes, a proporção desses passou de 22% a 31% para os homens) –cf. Paul (1987). Além disso, as taxas de retorno do ensino superior se mantiveram entre 1964 e 1977 – cf. Jarousse e Mingat (1985).

Apesar desses resultados, freqüentemente ignorados pelo grande público, o ensino superior francês sofreu inúmeras críticas a respeito da sua incapacidade a se adaptar às evoluções do mercado de trabalho.

O caso africano é o outro exemplo interessante, na medida em que os países do continente conheceram também um forte crescimento dos efectivos do ensino superior na década dos anos 60. No final dos anos 70, a preocupação era grande no que diz respeito às condições de emprego dos egressos. Entretanto, as pesquisas mostraram que as taxas de retorno para esses egressos ficavam altas e que as suas situações profissionais eram bem melhores que nos níveis de formação inferiores –cf por exemplo Eicher (1985) e Paul (1982). A origem desse fenômeno reside muitas vezes numa política pública de defesa do mercado de trabalho para os egressos do ensino superior. Isso não significa que a expansão elevada do ensino superior não se configure um problema, na medida em que ela se efetuou muitas vezes em detrimento do investimento no ensino básico e que as soluções de defesa do mercado dos graduados foram artificiais, através de um aumento não sempre suportável pelas finanças dos Estados do funcionalismo público. Entretanto, do ponto de vista dos indivíduos, a situação dos egressos do ensino superior era muito mais desejável do que a situação dos outros egressos.

2.2. A situação no Brasil

A situação brasileira não aparece muito diferente dos casos apresentados acima, na medida em que o ensino superior cresceu fortemente nos anos 60-70 e que esse crescimento resultou numa situação de dúvida sobre o mercado de trabalho dos seus egressos.

Lembramos que na década 1964-73 o índice médio de crescimento de matrículas de graduação atingiu 21,8% o número de alunos passando de 142.386 em 1964 a 836.469 em 1973 – Medeiros et al. (1980). Mas esse crescimento se reduziu bastante no final dos anos 70 para se transformar em negativo recentemente. Assim, segundo os dados do MEC, a taxa anual média de crescimento foi de 4,2 entre 1973 e 1985, passando para -1,7% no período entre 1983 e 1985. Esta taxa negativa é maior para os estabelecimentos isolados e para as instituições particulares.

No início dos anos 70, a situação econômica do pessoal de nível superior aparecia boa. Segundo Langoni (1973), a proporção desse pessoal na população economicamente ativa passou de 1,4% em 1960 para 2,5 em 1970, representando um aumento relativo de 79,3%.

Mas a sua proporção na renda total passou, no mesmo período de 7,7% para 15,2%, indicando um aumento relativo de 98,6%.

No final dos anos 70, a situação aparece mais preocupante, mas os dados apresentam-se esparsos e não permitem uma análise aprofundada.

Prandi (1982) apresenta vários extratos de jornais relatando o desemprego ou o subemprego dos graduados do ensino superior, professores, engenheiros, agrônomos, arquitetos. Mas é difícil poder generalizar esse tipo de informação. O mesmo autor apresenta dados do IBGE mostrando que, entre 1970 e 1976, os rendimentos dos trabalhadores com nível secundário cresceram de 114% enquanto os rendimentos dos trabalhadores com nível superior cresciam de 119% sem que houvesse nesse grupo um aumento da concentração da renda.

Medeiros et al. (1980) limitam a análise ao desvio ocupacional dos graduados de Direito. Eles estudaram a situação profissional de 122 graduados entre 1958 e 1976 pela Faculdade de Direito do Vale do Paraíba e encontraram 50% entre eles não exercendo uma profissão da área (inclusive 10% não exercendo profissão nenhuma). Mas esse resultado, como já dissemos, não pode em si ser considerado negativamente.

A pesquisa mais ampla desenvolvida nesses últimos anos a respeito do mercado de trabalho dos egressos do ensino superior foi desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1982. Essa pesquisa envolveu, em 48 Instituições de Ensino Superior (23 Universidade e 26 Instituições Isoladas), os graduados de 5 cursos (administração, biologia, educação, medicina, química) para os anos 1972,1975,1978,1980. Podemos utilizar o trabalho de Simões (1985) para apresentar os principais resultados a respeito do tempo de procura do trabalho, do desvio ocupacional, do desemprego e do salário.

Esses resultados mostram principalmente que existe uma grande diversidade das situações profissionais segundo as variáveis de formação (o curso), os atributos individuais (sexo, origem social) e a região. Além disso, eles mostram um aumento das dificuldades a ingressar no mercado de trabalho entre 1972 e 1980.

A evolução da proporção dos egressos que acharam um emprego no prazo máximo de um ano indica uma certa agravamento das dificuldades a ingressar no mercado: essa proporção passou de 83% para 77% entre 1972-75 e 1978-80 com a maior agravamento para o curso de Biologia (de 77% para 55%) e uma certa estabilização para Medicina (de 84% para 82%). Porém, esses dados não permitem em si uma conclusão a respeito do mercado dos egressos do

ensino superior na medida em que eles deveriam ser comparados com dados referentes aos egressos dos outros níveis do sistema.

O conceito de desvio ocupacional é um dos conceitos usados pela autora para medir o desempenho dos cursos no mercado de trabalho. Explicamos antes porque não acreditamos muito no seu valor em si e os dados apresentados permitem ilustrar os seus limites. Assim, o curso de Administração apresenta ao mesmo tempo a maior taxa de desvio ocupacional (24% dos egressos declaram que o seu trabalho não se relaciona, ou pouco, com o curso) e os melhores salários: 9% dos seus egressos recebem menos de 5 salários mínimos, contra 12% para Medicina, 36% para a Educação e 37% para a Biologia.

Os dados permitem igualmente destacar o fato (já estabelecido na economia da educação e do trabalho) de que a educação não é uma variável que pode ser isolada do seu contexto social para analisar o acesso ao mercado de trabalho. Assim, dentro dos cursos selecionados, aqueles que têm a posição mais difícil no mercado de trabalho, seja em termos de tempo de procura do emprego, seja em termos de salários, são aqueles que têm uma representação feminina majoritária: 95% de mulheres dentro dos egressos de Educação e 81% dentro dos egressos de Biologia. Ao mesmo tempo, é nesses cursos que a influência da instituição de origem é a maior: a proporção daqueles que recebem um salário de até 5 salários mínimos é de 10% maior quando se comparar os egressos das instituições particulares com aqueles das instituições públicas (40% contra 30% para o curso de Biologia e 39% contra 29% para o curso de Educação).

A região aparece também um critério importante da análise do mercado de trabalho dos egressos, na medida em que a situação deles é mais difícil no Sudeste que no Nordeste (taxa de desemprego de 3,0 no Nordeste contra 12,6 no Sudeste).

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará não pode ser generalizada sem cautela. Essa instituição promoveu no final de 1986 uma pesquisa de egressos, com os concluintes de 1978, 1980, 1983 de 17 cursos. Os resultados apontam também uma situação relativamente boa, sobretudo para os homens.

Assim, dentro dos 14 cursos onde os homens têm uma representação significativa, a taxa de desemprego é nula. Dentro dos 16 cursos com representação feminina significativa, 4 têm a taxa de desemprego nula, 3 uma taxa inferior a 10%, 4 uma taxa que varia entre 10% e 20%, e 5 uma taxa superior a 20%... Do mesmo jeito, os cursos melhor remunerados são predominantemente masculinos, Engenharia, Medicina, Economia, e os menos remunerados

são predominantemente femininos, Química, Engenharia de Alimentos, Economia Doméstica, Biologia, etc.

Os resultados não permitem apontar áreas bem ou mal tratadas no mercado de trabalho. Mas o mais importante é a ligação que pode ser feita entre o nível acadêmico dos alunos de um curso e o seu desempenho no mercado. O nível acadêmico dos alunos pode ser estimado pela nota média dos aprovados daquele curso no vestibular. Paul e Ribeiro (1989) distinguiram três níveis de hierarquia a partir dos resultados do vestibular 1988.1, dividindo os cursos em três grupos. Se pegarmos esses três níveis de hierarquia, aparece que os cursos de maior hierarquia ocupam a melhor posição no mercado de trabalho. Se considerar o exemplo dos salários, aparece que dentro dos seis cursos com a maior média de renda, 5 são da hierarquia maior. Ao inverso, dentro dos seis cursos com a maior média, nenhum é da hierarquia maior, 2 são da hierarquia intermediária, e 3 da hierarquia menor.

Duas hipóteses podem ser emitidas: seja os melhores alunos escolhem as carreiras melhor remuneradas (mas essa supõe que eles têm uma informação perfeita sobre o mercado e suas evoluções), seja o sistema de filtro das empresas faz em que os melhores alunos acham os melhores empregos, e nesse caso teríamos uma relação direta entre características individuais e do emprego que transcenderia o curso em si. O problema é que, sobretudo no Brasil, o nível acadêmico é uma variável fortemente ligada à origem sócio-econômica.

É muito difícil tirar de uma pesquisa de egressos conclusões absolutas sobre a expansão ou a redução de vagas. Se seguir os resultados da pesquisa da UFC referentes às taxas de desemprego, os cursos de Química Industrial, Ciências Sociais, Geografia, Biologia, Química, Tecnologia de Alimentos, deveriam conhecer uma redução do número de vagas. Mas os resultados das pesquisas de egressos devem antes de tudo ser considerados como indicadores de avaliação externa, e devem conduzir a analisar a qualidade desses cursos (tanto através do desempenho acadêmico dos alunos quanto a respeito das características pedagógicas) e o espectro das carreiras abertas para os egressos do curso (para tentar medir a “transferabilidade” desenvolvida no curso). Na medida que esses resultados podem e devem conduzir a esse tipo de análise, eles aparecem muito importantes.

Infelizmente, no Brasil, as pesquisas de egressos não são organizadas de maneira sistemática, nem ao nível nacional nem ao nível das instituições. Talvez, seria importante pensar no desenvolvimento de um sistema de informações nesse setor. Um tal sistema poderia desenvolver pesquisas nas várias áreas com uma certa periodicidade, na base de uma amostra

nacional, deixando as instituições livres de participar desses trabalhos com o universo completo dos seus egressos.

Conclusão

Para resumir rapidamente nossa análise, podemos lembrar que a avaliação das previsões de mão-de-obra mostrou que as tentativas de orientação do sistema escolar a partir dos seus resultados fracassaram. Ao mesmo tempo, não se pode desprezar as informações referentes à situação profissional, sobretudo na medida em que elas servem de avaliação externa aos cursos. Entretanto, ao lugar de resultar em medidas de expansão ou de redução das vagas, elas devem permitir um trabalho de questionamento a respeito da qualidade do curso e das capacidades de “transferabilidade” que ele propicia.

De qualquer forma, as incertezas quanto as qualificações pedidas a médio prazo pelo sistema econômico em decorrência do desenvolvimento tecnológico, de um ponto de vista tanto qualitativo quanto quantitativo, conduzem a propor a transformação dos cursos, na medida do possível, em áreas de formação largas, deixando às empresas a tarefa de especializar a mão-de-obra. Essa organização da formação profissional tem a vantagem de permitir a produção de qualificações numa quantidade de acordo com as necessidades das empresas, na base de técnicas actualizadas, com o grau de especificidade adequado. Porém, a viabilidade de um tal sistema fica condicionada pela elaboração de um processo de reconhecimento social das qualificações adquiridas no âmbito do sistema produtivo.

Bibliografia

AMAHAD B., BLAUG M. (1973): *The Practice of Manpower Forecasting*. Elsevier, Amsterdam.

BECKER G.S. (1964): *Human Capital*. NBER, Columbia University Press, New York.

EICHER J. -C. (1985) :Le syndrome do diplômé et le chômage des jeunes diplômés en Afrique francophone au sud du Sahara: réflexions de synthèse. OIT/BIT/PECTA, Addis-Abeba.

DOERINGER P.B., PIORE M.J. (1971): *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Heath Lexington Books, Lexington, Massachusetts.

FREEMAN R.B. (1980): The Facts About The Declining Economic Value of College. *Journal of Human Resources*. Vol xv, n° 1, Winter, pp. 124-141.

HOLLISTER F. (1966): *Evaluation technique de la première phase du Projet Régional Méditerranéen*. OCDE, Paris.

JAROUSSE J.-P., MINGAT A. (1985): *Analyse économique et fondements sociaux des disparités de salaires*. In CREDOC: *Capital humain, comportements familiaux et formation des revenus*. Paris, pp. 5-52.

LANGONI C.G.(1973): *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro.

PAUL J. -J.(1982): *Le syndrome du diplômé et le chômage des jeunes diplômés au Senegal*. OIT/ BIT/PECTA, Addis-Abeba.

PAUL J. -J. (1987): *La structuration du marché du travail dans l'analyse de la relation formation-emploi*. Thèse pour le Doctorat d'Etat es Sciences Economiques, Dijon.

PAUL J. -J. (1989): *La relation formation-emploi: un défi pour l'économie*. Economica, Paris.

PAUL J.-J., RIBEIRO Z. (1989): *Diversidade da oferta e estratégias dos vestibulandos: o caso de Fortaleza*. Working Paper.

PRANDI J.R. (1982): *Os favoritos degradados: ensino superior e profissão de nível universitário no Brasil hoje*. Loyola, São Paulo.

PSACHAROPOULOS G., WOODHALLM. (1985): Education and Development. Banco Mundial, Washington.

RUMBERGER R. (1980). The Economic Decline of Colloge Graduates: Facts or Fallacy? Journal of Human Resources, Vol. XV, n° 1, Winter, pp. 124-141.

SIMÕES R.A. (1985): Ensino superior e mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado, UFC, CAEN, Fortaleza.

THUROW C.L. (1975): Generating Inequality. Basic Books, New York.

YOUD R.V., HINCHLIFFE K. (1985): Forecasting Skilled Manpower Needs: The Experience of Eleven Countries. UNESCO/IPE, Paris.